Sábado, 21 de Novembro de 2026

MPF apura emendas de R$ 1,4 milhão enviadas por deputada e senador para municípios de Mato Grosso

O Ministério Público Federal (MPF) iniciou o monitoramento de emendas parlamentares transferidas sem a necessidade de convênios formais, conhecidas como “emendas PIX”. Em portaria publicada nesta terça-feira (5) no Diário Oficial da União, a Procuradoria da República no Mato Grosso determinou a fiscalização de recursos enviados pela deputada federal Coronel Fernanda (PL) e pelo senador Jayme Campos (União) para Chapada dos Guimarães e Querência, respectivamente.

A Portaria nº 59, de 30 de outubro de 2024, assinada pelo procurador da República Erich Raphael Masson, abriu um Procedimento de Acompanhamento para garantir a transparência no uso dessas verbas federais. Ao todo, R$ 1,4 milhão foram destinados à Chapada dos Guimarães pela deputada Coronel Fernanda, enquanto o senador Jayme Campos repassou R$ 350 mil ao município de Querência.

Segundo o procurador, o formato das “emendas PIX” reduz os controles tradicionais sobre o uso dos recursos, pois eles são encaminhados diretamente aos municípios, sem a necessidade de convênios que, geralmente, envolvem etapas adicionais de fiscalização. Masson destacou que esse método pode enfraquecer a transparência e dificultar a responsabilização pública, além de tornar o monitoramento mais complexo.

Para assegurar o acompanhamento adequado, o MPF determinou que as prefeituras beneficiadas detalhem o destino e o uso dos recursos em contas bancárias específicas. Entre as exigências, estão informações sobre o montante exato recebido e o planejamento para a aplicação das verbas. A medida busca combater eventuais desvios e assegurar que os recursos cumpram finalidades públicas e republicanas.

A ação do MPF segue proposta da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, que monitora a integridade do uso de emendas parlamentares. Essa iniciativa surge em meio ao aumento das transferências diretas, que vêm recebendo atenção especial das autoridades pela ausência de fiscalização mais rigorosa.

A legalidade das “emendas PIX” tem sido um tema amplamente discutido no Judiciário. Em agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu suspender todas as emendas impositivas de parlamentares ao Orçamento da União até que o Congresso Nacional defina regras que garantam a transparência na aplicação dos recursos. A decisão, tomada em sessão virtual, foi unânime e referendou liminar concedida pelo ministro Flávio Dino.

Em seu voto, Dino enfatizou que as emendas impositivas precisam ser executadas dentro dos limites da legalidade e não devem ser administradas de forma arbitrária, respeitando a disciplina constitucional. A decisão do STF reforça a necessidade de maior controle no uso desses recursos e amplia o debate sobre a regulamentação das emendas parlamentares.

fonte o documento